

CHARLES MAURRAS E O SURGIMENTO DO INTEGRALISMO LUSITANO:

teorias e apropriações doutrinárias

FELIPE A. CAZETTA*

RESUMO

O Integralismo Lusitano surge em contexto de expansão das ideias contrarrevolucionárias na Europa e diante do esgotamento das formas de governo liberais. Possuindo como projeto político de Estado a Monarquia orgânica, centralizada politicamente mas administrativamente difusa, o Integralismo Lusitano apropria-se de alguns dos pilares centrais da *l'Action Française*, movimento que possuía como lema a Monarquia orgânica, tradicional e hereditária. Portanto, cabe a este artigo a análise destes dois movimentos, e seus respectivos aparatos teóricos, visando identificar os elementos apropriados pelo movimento português, originários da *l'Action Française*.

Palavras-chave: Integralismo Lusitano - *l'Action Française* - Apropriação

ABSTRACT

The Integralismo Lusitano arises in the context of expanding in Europe and counterrevolutionary ideas before the exhaustion of liberal forms of government. Possessing as a political project of state organic Monarchy, centralized politically but administratively diffuse, Integralism Lusitano appropriates some of the central pillars of *l'Action Française* movement that had as its motto the organic, traditional and hereditary Monarchy. So it is up to this article analysis of these two movements, and their theoretical apparatus in order to identify the appropriate elements by Portuguese movement, originating in *l'Action Française*.

Keywords: Integralism Lusitano - *l'Action Française* - Appropriation

* Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Responde pelo e-mail: felipecazetta@yahoo.com.br.

O último quartel do século XIX foi marcado pela reação ao pensamento iluminista e às ideias de progresso contínuo, propagadas nos séculos XVII e XVIII. Investindo contra estas teorias, alguns autores lançaram-se como caixa de ressonância do declínio do liberalismo. Este esgotamento das crenças liberais arrastou setores conservadores ao posicionamento crítico dos rumos políticos, econômicos e sociais de seus respectivos países.

Alguns pensadores, imbuídos destas críticas, foram impelidos ao revisionismo das heranças, mitos e cultos nacionais, buscando sanar a crise de identidade nacional, conforme apontavam suas concepções. Nesta tarefa novos projetos políticos foram elaborados, visando uma saída alternativa ao liberalismo. Esta busca pela essência patriótica, em que tais intelectuais se lançaram, foi acompanhada de perspectiva pessimista em relação ao presente vivido por eles.

Visando a restauração de modelos políticos anteriores ao liberalismo, intelectuais destas correntes denunciavam a ruptura das “formas naturais” de poder – formas estas, calcadas nas monarquias hereditárias -, ocorrida a partir da adoção do modelo democrático. Dizia António Sardinha – mentor intelectual do integralismo lusitano (IL): “Nada mais antinatural, nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, afixado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado.”¹¹

Há também críticas à quebra de hierarquia, promovida pela democracia, onde as “massas” escolheriam os responsáveis por governá-las e ao país. Charles Maurras, líder da *l'Action Française (AF)* expressa-se da seguinte forma: “*Mais la République ou la volonté nationale d'abord, cela mettrait la charrue avant les boeufs, faisait dependre le superieur de l'inferieur, le commandent de l'obéissance: (...).*”¹²

A partir da opinião destes dois pensadores da contrarrevolução identifica-se a crítica ao individualismo liberal e ao acesso – através da democracia – adquirido pelas “massas” populares às esferas decisórias. Por entenderem o sistema sufragista como subversão da lógica hierárquica política e social – “fazendo depender o superior do inferior” – há, por consequência, a crença de que, através da abolição do sistema hereditário e nobiliárquico de organização institucional, as bases de governo estariam corroídas.

Tais ataques são derivados das ideias propagadas pela Reforma e pela Revolução Francesa, e seu desdobramento sob a forma de individualismo e liberalismo, durante a Revolução de 1789. A valorização do pensamento individual e as demandas políticas e sociais por igualdade forneceram munição para críticas ao cenário democrático, vindas dos setores reacionários.

Para estes intelectuais o único antídoto concebido para sanar a mácula provocada pela democracia estaria no retorno das elites nobiliárquicas ao controle dos rumos políticos nacionais. Será contra estas, entre outras conjunturas, que na França irão se insurgir os integrantes da *L'Action Française (AF)*, utilizando do caso Dreyfuss como detonador para seus ataques à “estrangeirização” (colocada em prática - segundo Charles Maurras - pelos judeus, protestantes e franco-maçons³).

A partir do nacionalismo a *AF* irá tecer projeto político calcado nas tradições históricas da França, ou seja, no passado medieval, onde o corporativismo sobrepujava ao individualismo.

1 SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta*. 2 ed. Lisboa: qp, 1978. p. 128.

2 “[“Mas a República ou a vontade nacional a princípio, colocava a carroça na frente dos bois fazia depender o superior do inferior, o comandante de seu subordinado.” (Tradução minha). MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1925. p. XC. (grifo do original).

3 MAURRAS, Charles. *op.cit.* p. 206-207.

Sob as propostas escoradas no tradicionalismo e no catolicismo se dará a alternativa ao liberalismo que, segundo Maurras, era a porta de entrada para a barbárie estrangeira.

Em Portugal há cenário semelhante de contestação ao modelo liberal - ainda que sob a forma de monarquia constitucional. O país sofre o *Ultimatum* britânico nos finais do século XIX. Em vista das suas pretensões imperialistas confrontarem-se com os interesses da Coroa inglesa na África houve a exigência, por parte da rainha Victória, de retirada das tropas portuguesas da região meridional do continente. Considerando os laços históricos de aliança entre os dois países, o rei Carlos I acatou as ordens.⁴

Este incidente diplomático não só abalou as ambições portuguesas acerca do *Mapa cor-de-rosa*, como provocou cicatrizes profundas na legitimidade real. Ao trazer à tona a fragilidade da soberania portuguesa, o *Ultimatum* acirrou a oposição à monarquia, inaugurando o ciclo de instabilidades políticas no país. Ocorrido entre os finais do século XIX e primeiras décadas do XX, estas convulsões político-institucionais culminarão no regicídio de D. Carlos I, em 1908.

A crise política interna, associada às dificuldades econômicas percebidas na última década do século XIX em Portugal, proporcionará a inserção de novos elementos no cenário político. Esta abertura das esferas decisórias do Poder se dará como desdobramento das críticas ao modelo monárquico-constitucional. Pressões afetavam o Trono, vindas tanto dos grupos que reivindicavam o modelo de monarquia anterior à Revolução do Porto, quanto os que demandavam a abolição da Coroa e criação da República.

Estas instabilidades repercutem, na primeira década do século XX, no ambiente acadêmico da Universidade de Coimbra. Divisões políticas entre grupos estudantis predominavam no interior da instituição. Para António Costa Pinto “O meio estudantil de Coimbra constitui, a partir da crise de 1907, um reflector ampliado do desmoronamento do rotativismo liberal, pano de fundo do período que decorre entre a ditadura franquista e o 5 de Outubro de 1910”.⁵ É interessante perceber que neste período, entre os anos de 1905 e 1908, um contingente relevante daqueles que tornaram membros do IL irão inserir-se na academia coimbrã.

A Universidade de Coimbra será o local onde os futuros integralistas lusitanos se colocaram em contato e estabeleceram suas redes de sociabilidade. O que não significa que esta relação fosse revestida de consonância quanto às concepções políticas. Ao analisar a trajetória destes elementos, observam-se incoerências, descontinuidades e rupturas quanto aos padrões de identidade política.

Como reflexo dos sinais de esgotamento dados pelo regime monárquico, a causa republicana toma espaço na Universidade de Coimbra, possuindo como consequência a fundação do Centro Acadêmico Republicano (CAR). Em reação a esta demonstração de força, em 1908 surge o Centro Acadêmico Monárquico (CAM), sob o objetivo de tornar coeso, ao redor da causa monárquica, o corpo estudantil conservador presente na Universidade de Coimbra.

Como amostra destas dissonâncias políticas, Costa Pinto cita: “Em 1908, por exemplo, o CAM saúda D. Manuel em abaixo assinado, aparecendo Almeida Braga entre os nomes. Nas respostas dos estudantes republicanos estão, entre outros, (...) António Sardinha.”⁶. Portanto, observam-se dois dos responsáveis pela construção da doutrina integralista (ocorrida entre os

4 VRBATA, Ales Tenório Luna. *La Philosophie Maurrasienne et les Modalités du Fascisme au Portugal*. (p.21-57) in. Kias Paper; Cabinet of Ibero-american Studies; Faculty of Humanities; University Hradec Králové, 2006. p. 29. Disponível em: <http://fhs.uhk.cz/ibero/clanky/papers06.php>. Acesso às 21:30h de 10 de fev. 2011.

5 PINTO, António Costa. *A Formação do Integralismo Lusitano*. (p. 1409-1419). in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º. p. 1412.

6 PINTO, António Costa. *op.cit.* p. 1412.

anos de 1913 e 1914), em trincheiras ideológicas opostas, durante suas vidas acadêmicas, anos antes da formação do movimento.

O elitismo, portanto, se colocava a frente das posições políticas ou das convicções ideológicas, fazendo que os futuros integralistas se juntassem em primeiro momento, não a partir da identidade partidária, mas pelas posturas aristocráticas. Deste modo, os colegas de Coimbra voltaram atenção ao nacionalismo, porém, detendo-se aos aspectos culturais e da inteligência nacional, tratando com indiferença, ou desprezo, os assuntos parlamentares.

O engajamento político, diante destes contrastes, não era visto como elemento de coesão em relação ao contato estabelecido entre os futuros membros do movimento. Tampouco poderia ser apontada como agregador a questão financeira, embora o IL fosse um movimento elitista e de aversão às camadas populares. Ainda que Costa Pinto afirme ser a base social do IL financeiramente mais próspera em comparação ao restante dos demais alunos de Coimbra, o mesmo autor defende que esta "(...) não era por si só grande elemento de distinção." Por outro lado, António Costa Pinto pontua que, sobrepujando o elitismo financeiro, o "elitismo de afirmação intelectual" era um dos aspectos definidores do grupo a ser formado.⁷

Algumas características presentes no arcabouço político-doutrinário do movimento - tais como o conservadorismo cristão, o antiliberalismo e o municipalismo - eram divisores comuns entre os colegas de Coimbra. Todavia, estes fatores, embora semelhantes entre os futuros integralistas, não credenciam suas bases de formação e unidade a serem encontradas na política. Justifica-se esta negação diante da diversidade das colorações de projetos (republicanos, monarquistas, ou "indiferentes") existentes dentro do mesmo espaço de sociabilidade. Atestada a inexistência de um eixo político homogêneo como elemento inicial de coesão entre os futuros formadores do IL, há a necessidade de examinar os pontos de convergência destes indivíduos.

António Sardinha, principal mentor do movimento, fornece indícios do elemento aglutinador dos colegas da Universidade de Coimbra. Em *Ao Ritmo da Ampulheta*, obra póstuma publicada em 1925, o autor tece comentário sobre a origem da *L'Action Française* (AF). Recordando trecho de *Quand les Français ne s'aimaient pas*, de autoria de Charles Maurras, Sardinha observa que a origem do movimento francês encontra-se na literatura, sendo esta a responsável por conduzir o movimento de Maurras aos assuntos políticos. Neste sentido, António Sardinha acrescenta: "Ao pensar um pouco nas nossas origens literárias - nas de Hipólito Raposo e nas minhas, eu reconheço que também a nós as Letras nos conduziram à Política."⁸ Leão Ramos Ascensão, integralista de segunda geração, transita no mesmo sentido quando examina a relação dos estudantes de Coimbra:

Os fundadores do Integralismo Lusitano, na sua maior parte, antigos companheiros da Universidade de Coimbra, que uma camaradagem unira estreitamente. Não que houvesse afinidades políticas entre eles: uns eram monárquicos, outros republicanos ou indiferentes e outros que ainda não tinham concluído. O que os ligava eram afinidades literárias e estéticas, era uma comum preocupação cultural, era a

7 PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal - 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 26.

8 SARDINHA, António. *op.cit.* p. 149.

superioridade da inteligência que os ligava e os levava a afastar-se desdenhosamente das truculências demagógicas e das paixões acadêmicas de então.⁹

Portanto, até as vésperas da proclamação da República, em 1911, a heterogeneidade dos posicionamentos políticos era notória entre os “companheiros da Universidade de Coimbra”. A pouca importância dada à identidade política como forma de costurar a unidade do grupo deve-se, em parte, à rejeição ao modelo liberal-parlamentar de governo, seja ele monárquico ou republicano. Deste modo, desprezavam as querelas políticas e os debates parlamentares, por estes serem realizados por representantes escolhidos pelas massas – reconhecidas pelos futuros membros do IL como incapazes de realizar a escolha dos dirigentes do país – através do voto, ainda que censitário¹⁰.

Outro foco de explicação para a pouca preocupação quanto aos posicionamentos políticos de seus membros concentra-se na rejeição dos futuros integralistas ao acesso (direto, ou através de representantes parlamentares) das massas ao poder. Deste modo, as colorações políticas de seus membros, até 1911, assumiam característica de pouca relevância no intuito de estabelecer os laços de sociabilidade que permearão o movimento integralista.

Com o deflagrar da proclamação da República, em 1911, o desinteresse aos assuntos políticos deu lugar, progressivamente, à conformação de projetos por parte do grupo de Coimbra. Esta convergência se faz pela inclinação – tanto dos colegas exilados quanto daqueles que ficaram em Portugal – à causa monárquica antiliberal, antiparlamentar, tradicionalista e orgânico-corporativista. Não sem razão António Costa Pinto entende ser “A Revolução Republicana (...) um fenómeno político precoce que abriu Portugal para os dilemas da democratização e da política de massas do século XX.”¹¹

Durante a primeira década do século XX, a crise de legitimidade padecida pela Coroa afetava a opinião pública, e as instabilidades eram sentidas e reverberadas por jornais e revistas do período. Para a imprensa republicana “(...) acontece que a selecção exercida entre os partidários monarchicos é frequentes vezes uma selecção invertida, dando em resultado o afastamento dos mais competentes do exercício dos altos poderes do Estado.”¹² Outro foco de críticas, relacionado ao sistema monárquico, concentrava-se na promiscuidade de competências públicas, existente entre Estado e Igreja.

Meses antes da proclamação da República, em artigo anônimo, a revista *Arquivo Republicano* apresentava o rompimento do Estado com a Igreja como saída para a instabilidade política existente. Segundo o referido artigo, “(...) sempre nos dará a separação da Igreja e do Estado, afinal um dos maiores remédios contra os nossos grandes males.”¹³

9 ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Lisboa: Edições Gama, 1943. p. 10.

10 Sobre o processo eleitoral português entre as últimas décadas do século XIX e início do XX, cf.: MÓNICA, Maria Filomena. “As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico (1852-1910). in. *Análise Social*. Vol. XXXI (139), 1996 - 5.º (p. 1039- 1084). p. 1052.

11 PINTO, António Costa. “Caos e Ordem”: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. (p. 39-54). in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 40.

12 BOTTO-MACHADO, Fernão. “A. Braamcamp Freire”. in. *Arquivo Republicano*. n.º 6. Publicação mensal. Diretor e Proprietário Victor de Sousa, Junho de 1910. p. 46. Disponível em: <http://purl.pt/16587/>, Acesso às 18:37h de 09 de jan. de 2012.

13 ANÔNIMO. “O Presidente da República Brasileira”. in. *Arquivo Republicano*. n.º 6. Publicação mensal. Diretor e Proprietário Victor de Sousa, Junho de 1910. p. 51.

Para alguns veículos de notícia, a revolução era algo inevitável, e essencial para abrir caminho para a República. “É preciso agir. É preciso fazer a Revolução. A melhor moção era sahirem todos do local de comício resolvidos a ir a casa buscar a carabina, o revolver, ou a tranca da porta – tudo serve – a fazer a República.”¹⁴ São estas as palavras encontradas na revista mensal *Archivo Republicano* de julho de 1910. Com maior ou menor ímpeto, através do uso da violência ou pela via pacífica, as opiniões neste periódico eram uníssonas quanto à necessidade de derrubar a monarquia e instaurar o regime republicano.

Ponto pertinente a ser destacado nestes relatos é o desempenho do capitão Paiva Couceiro, presente em vários depoimentos, como “único adversário manifesto da democracia”¹⁵ e “zelador da monarquia”¹⁶. Embora Couceiro assuma notoriedade nos enfrentamentos das forças republicanas, sua importância para esta pesquisa, se dará após a consolidação da República, em 1911.

Em outubro de 1910 a situação política de Portugal já se demonstrava favorável à instauração da República. A nova Constituição republicana será aprovada em 21 de agosto do ano seguinte. Entre o intervalo da inauguração do novo regime e a formulação de sua Carta constitucional Paiva Couceiro organiza levantes contra a República.

Nestas investidas, alguns companheiros da Universidade de Coimbra que futuramente irão compor o IL, juntam-se ao capitão monarquista. Entre estes se encontra Luís Almeida Braga (responsável pelo nome do movimento) e Alberto Monsaraz (que futuramente, junto a Rolão Preto – também envolvido nos levantes –, irá conduzir o Nacional Sindicalismo).

Hipólito Raposo anuncia: “Em Maio do mesmo ano de 1911, Luís de Almeida Braga partia misteriosamente de Coimbra para a Galiza, e por lá vestia a fardeta de soldado, para oferecer a própria vida debaixo de fogo nas incursões monárquicas do Norte, (...).”¹⁷ Frustrada a primeira sublevação há a segunda tentativa de restauração, chefiada novamente por Paiva Couceiro, resultando desta vez no exílio de seus realizadores.

Assim, parte dos amigos de Coimbra irá se refugiar em países como Bélgica (são os casos de Domingos de Gusmão Araujo, Luis de Almeida Braga e Rolão Preto) e França (Pequito Rebelo). É notável entre estes exilados a ausência de António Sardinha, visto por seus pares como o principal mentor do movimento. É necessário retomar a heterogeneidade política que revestia o grupo de colegas saídos da Universidade de Coimbra. Sardinha não havia participado dos golpes monarquistas por ainda estar ligado à causa republicana.

No exílio, um grupo de ex-estudantes se encontrará em maio de 1913, na Bélgica. Em contato com as concepções antiliberais que circulavam na Europa os exilados organizarão naquele ano a revista *Alma Portuguesa*. Possuindo como integrantes

(...), Domingos Gusmão Araújo, Luis de Almeida Braga, Rolão Preto e outros rapazes emigrados em Gand, para onde arrastou o desastre da segunda incursão da Galiza,

14 ANÔNIMO. “O Comício de Domingo: o que se disse e o que se deve pensar”. In. *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza. Julho de 1910. p. 58. Disponível em: <http://purl.pt/16587>, Acesso às 18:37h de 09 de jan. de 2012.

15 ANÔNIMO. “4 de Outubro”. In. *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza. Setembro de 1911. p. 168. Disponível em: <http://purl.pt/16587>, Acesso às 18:37h de 09 de jan. de 2012.

16 ANÔNIMO. “Relatório de Gonzaga Pinto – sargento revolucionário da artilharia I”. In. *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza. Março de 1911. p. 183. Disponível em: <http://purl.pt/16587>, Acesso às 18:37h de 09 de jan. de 2012.

17 RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L’Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Livraria Ferin, 1929. p. 33.

fundavam a revista *Alma Portuguesa*, de efêmera duração em que pela primeira vez aparece concretamente formulado, embora num sentido puramente literário, o nacionalismo português.¹⁸

Tal revista possuiu apenas dois números (lançados em maio e em setembro de 1913), porém, foi o primeiro esforço de organização teórica do grupo, sob o formato de movimento. Em 1911, ainda republicano, Sardinha permanece em Portugal.

Sobre este período da vida do principal mentor do IL, Hipólito Raposo fornece depoimento interessante: “António Sardinha realizava então, entre nós todos, o mais vivo paradoxo: era tradicionalista, tinha no mais alto grau o culto ao lar e da família, professora e justificara a necessidade da nobreza, era municipalista, regionalista, (...)”¹⁹.

O relato é relevante por revelar os códigos compartilhados entre os membros do movimento, ou seja, o tradicionalismo; o culto à família; a nobreza; o municipalismo e o regionalismo. Desta forma, reunindo todos estes aspectos, segundo perspectiva de Raposo, era incompreensível que Sardinha permanecesse republicano, revelando “o mais vivo paradoxo”.

António Sardinha até 1912 – ano de sua conversão ao monarquismo – possuía simpatia ao republicanismo. Com a proclamação da República, demonstra-se eufórico, conforme percebido em carta enviada à sua noiva:

Oh! minha amiga, como te escrevo a tremer possuído da agitação sagrada que faz os heróis, e sem qual nada de glorioso no mundo consegue. Triunfará a Revolução? Andar ela na rua a emancipar-nos a preparar a sementeira de luz de que amanhã surgir Portugal Novo?²⁰

Porém, menos de um ano depois, o entusiasmo inicial converte-se em frustração. Em nova carta, refletindo sobre os rumos que a República tomava, Sardinha lamenta: “Como eu me pejo do que está sucedendo! Eu que acreditei nestes homens, eu que me convenci que se faria ainda uma coisa! Não era um defeito de regime, é um defeito de reca! Falimos! Nada nos salva! Daqui à tutela estrangeira é um passo.”²¹

Desiludido com a República, e agora monarquista, Sardinha encontra-se com Raposo e Alberto Monsaraz, em Figueira da Foz (Portugal), em setembro de 1913 – mesmo ano do lançamento de *Alma Portuguesa*, na Bélgica – para colocarem em prática o projeto de uma revista de filosofia política “(...) que traduzisse o nosso protesto contra a República Portuguesa, na sua forma e nos seus actos, e desse vida e expansão á esperança em que ardíamos e pela qual nos supunhamos capazes de voltar a face do mundo.”²² A revista *Nação Portuguesa*, fruto desta reunião, surge em janeiro de 1914.

18 RAPOSO, Hipólito. *op.cit.* p. 37.

19 *Idem*, p. 34.

20 VRBATA, Ales Tenório Luna. *op.cit.*, p. 31.

21 *Idem*, *ibdem*.

22 RAPOSO, Hipólito. *op.cit.* p. 37-38.

Neste mesmo período, Pequito Rebelo, colega de Sardinha nos anos de estudo em Coimbra, visitando Paris é apresentado ao “grande movimento contra-revolucionário da *Action Française*”. Influenciado por este contato, retorna a Portugal e escreve para António Sardinha no intuito de convencê-lo a abandonar a ideia republicana – desconhecendo sua conversão ao monarquismo orgânico, ocorrida em 1912. Após o retorno, Rebelo passa a colaborar com a *Nação Portuguesa*. Dois anos depois, funda a Junta Central integralista. O órgão centralizará o arcabouço doutrinário, colocando em contato os elementos envolvidos no projeto da criação da Monarquia Orgânica.

São conhecidas as querelas explicitadas nos jornais em 1915, entre integralistas e seus acusadores de cópia. “As doutrinas do Integralismo Lusitano”, diz Hipólito Raposo, citando *O Dia* de 23 de março de 1915, “não as inventamos, nem importamos de França, por que elas não se filiam nem precisam de inspirar-se nas ideias políticas da *Action Française*, agora muito em voga na boca de meninos que deram a volta no boulevard.”²³

Desta forma, será traçado breve exame dos escritos maurrasianos, visando estabelecer a análise comparativa das doutrinas, e a intensidade das apropriações realizadas pelos integralistas, colhidas do movimento francês.

Charles Maurras e a conversão da *l’Action Française* à Monarquia Orgânica

Para Ales Tenorio Vrbata a “*Action Française peut être considérée comme l’organisation royaliste et contre-revolutionnaire la plus importante dans le contexte européenne.*”²⁴. Surgido em 1899, o movimento assiste ao seu enriquecimento teórico com a inserção de Charles Maurras, trazendo consigo o incremento do monarquismo tradicionalista ao movimento.

Desde sua formação a *AF* possuía tonalidades antiliberais, militaristas, avessas à urbanização. Seus integrantes concebiam como *essência* da nacionalidade francesa o cidadão (e por cidadão entende-se, a partir do vocabulário corporativista, a Família ou grupo de ofício) residente no campo. Portanto, seu nacionalismo era derivado das raízes da população fincadas no solo francês. Assim eram valorizadas as características tradicionais como o catolicismo e o campesinato nacionais.

Por outro lado, revela-se a xenofobia e, conseqüentemente, o antisemitismo existente no grupo. Surgida em momento político ambíguo – onde as democracias expandiam-se pela Europa e, da mesma forma, o liberalismo (político e econômico) demonstrava seu esgotamento – a *AF* é fruto destas contradições. Conseqüência do momento político vivido nos finais do século XIX, mas não menos reacionário a ele, o movimento francês irá tratar seus alvos de ataque de forma unificada, interpretando os problemas nacionais como originários de uma mesma causa.

Conforme o IL fará posteriormente, a *AF* entende os males nacionais a partir de uma origem definida, sendo as crises posteriores, desdobramentos do foco inicial. Este aspecto é encontrado na citação: “*L’esprit démocratique est protestant ou juif, il est semitique ou german, il ne vient pas de nous*”²⁵. Sob esta perspectiva, o *espírito democrático* seria fenômeno estrangeiro,

23 RAPOSO, Hipólito. *op.cit.*, p. 101.

24 [*l’Action Française* pode ser considerada como a organização realista e contra revolucionária a mais importante no contexto europeu.” (Tradução minha)]. VRBATA, Ales Tenório Luna. *op.cit.* p. 51.

25 [*O espírito democrático é protestante ou judeu, ele é semita ou germânico, ele não vêm de nós.*] (Tradução

proveniente de regiões e etnias vistas por Charles Maurras como bárbaras, ou seja, a Alemanha e os judeus. Resultante deste *espírito democrático* a Revolução Francesa não possuiria seus moldes na França, sendo concebida por Lutero e pelo protestante Jean-Jacques Rousseau, conforme se verá logo à frente.

Dado o antigermanismo presente na *AF*, seus membros situam a origem do liberalismo nas pregações luteranas. Esta aversão à Alemanha e aos alemães é explicada pelas questões diplomáticas envolvendo àquele país e à França nas últimas décadas do século XIX. A derrota na guerra Franco-Prussiana de 1870 e; como desdobramento, a Comuna de Paris; a ameaça econômica e bélica imposta pelo crescimento industrial da nova nação; assim como a política expansionista e o dirigismo estatal do modelo de Bismarck preocupavam os conservadores franceses, ao examinarem o modelo político liberal da III República.

Considerada a hegemonia continental abalada; a humilhação imposta pela derrota do conflito de 1870 e a instabilidade política gerada pela Comuna de Paris, abrindo as chagas mal cicatrizadas da Revolução de 1789, os contrarrevolucionários da *AF* conduziram estes aspectos ao nacionalismo xenofóbico e tradicionalista. Re-criando um passado ideal, possuíam como objetivo retomar a Monarquia orgânica - segundo eles existente em períodos medievais.

No passado mitificado concebido pela *AF* haveria o predomínio da família sobre o indivíduo. Nesta reconstituição as contradições entre Capital e Trabalho seriam amortecidas pelas corporações de ofício. Da mesma forma, os conflitos político-partidários inexistiriam, pois as decisões políticas estariam centradas na autoridade da monarquia hereditária. Em oposição ao liberalismo político e econômico, e calçado neste passado, era elaborada a definição de Monarquia orgânica: tradicional, hereditária, antiparlamentar, politicamente centralizada e administrativamente descentralizada.²⁶

Visando delinear as fronteiras de seu projeto político, Maurras traça a genealogia do pensamento democrático/liberal. Nesta empreitada, interpreta a Revolução Francesa como herdeira do protestantismo. Nas palavras do teórico da *l'Action Française*, o individualismo liberal ressaltado nos acontecimentos de 1789 é obra do protestante Jean-Jacques Rousseau, assim "*La déclaration des Droits exprime Rousseau et Luther, c'est-à-dire un retour à l'individualisme barbare de source germanique. Et la Terreur exprime une barbarie de même origine.*"²⁷

De acordo com a retórica maurrasiana - inscrita na *AF* - após a instalação do liberalismo no país, e em decorrência da Revolução Francesa, a inserção do cosmopolitismo é facilitada. A presença do individualismo liberal fragiliza as instituições nacionais, firmadas no tradicionalismo. Como reflexo deste enfraquecimento das estruturas seculares há a "*Organisation maçonnique, colonie étrangère, société protestante, nation juive, tels sont les quatre éléments qui se sont développés de plus en plus dans la France depuis 1789.*"²⁸

Algumas destas características vistas nas palavras de Maurras estarão presentes na *AF* desde seus movimentos iniciais. À época de sua fundação - portanto, anterior à entrada de Maurras - *l'Action Française* visava como proposta a recuperação da grandeza nacional, diante

minha]]. MAURRAS, Charles. *Quand les Français ne s'aimaient pas: chronique d'une Renaissance - 1895 - 1905*. 2 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1916. p. 124.

26 MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1925. p. 169.

27 ["A declaração dos Direitos expressa por Rousseau e por Lutero, quer dizer um retorno ao individualismo bárbaro de fonte germânica. E o Terror exprime uma barbárie de mesma origem." (Tradução minha)]. MAURRAS, Charles. *Le Pape, la Guerre et la Paix*. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1917. p. 232.

28 ["Organização maçônica, colônia estrangeira, sociedade protestante, nação judia, tais são os quatro elementos que se desenvolveram de mais em mais na França desde 1789." (Tradução minha)] MAURRAS, Charles. *Quand les Français ne s'aimaient pas: chronique d'une Renaissance - 1895 - 1905*. p. 217.

das sucessivas crises – das quais o ponto extremo foi o *Caso Dreyfus*, contribuindo para o acirramento das divisões internas na França²⁹. Já neste momento a religiosidade católica aflorava nas declarações do movimento.

Vrbata apresenta trecho da *Revue de l'Action Française*, de 1899, onde se destaca a postura católica fundida ao nacionalismo. Podem ser percebidos também o anti-parlamentarismo e a oposição ao liberalismo como bandeiras iniciais do movimento:

*La France est catholique et doit donc se débarrasser des protestants, des franc-maçons et des juifs; la France est agricole, elle a donc besoin d'une politique protectionniste et d'une mouvement de retour à la terre; la France est militaire, partant, sa gloire de ses armes sous une condition de son bonheur; elle est républicaine, elle n'est pas démocrate.*³⁰

Após a entrada de Maurras no movimento, alguns pontos evidenciados tomam maior destaque, outros são abandonados. Conforme visto, o movimento apresentava os seguintes aspectos: a oposição à democracia; a preponderância do catolicismo em detrimento da maçonaria, do protestantismo e do judaísmo; a crença em que a propriedade rural forneceria proteção contra a contaminação moral da sociedade burguesa e, por último; o armamentismo. Estes pontos foram mantidos por Maurras, entretanto, o republicanismo – tal como o liberalismo e a monarquia constitucional – foi uma das causas que passaram a ser combatidas após a inserção do autor de *Enquête sur la Monarchie* na AF.

Maurras organizava sua teoria, ou a reformulação da AF, sob afirmação do tradicionalismo, do nacionalismo monárquico e da religiosidade. Como reflexo do pessimismo em relação às concepções liberais, o autor compreende os finais do século XIX e primeiros anos do XX como período de depressão moral e corrupção do nacionalismo francês.

Maurras declara ser a França o produto acabado da religião católica. Ambas seriam as responsáveis por salvaguardar a integridade da sociedade Ocidental, firmada sob a égide cristã e greco-romana³¹. Todavia, para que se retomasse esta aliança, haveria a necessidade da França retomar suas características anteriores à corrupção protestante – onde o sintoma maior

29 O Caso Dreyfus foi aberto em 1899, envolvendo o militar judeu Alfred Dreyfus, acusado pelo governo e pelas forças armadas francesas de vender segredos de guerra franceses para a Alemanha. Mais tarde, foi descoberta a fraude nas acusações, causando a divisão da opinião pública entre os pró-Dreyfus, que reivindicavam um julgamento justo, e os anti-Dreyfus, que consideravam a honra do exército e do Poder como inatingíveis, devendo permanecer intactas diante do Caso. Subterrâneo a tais polêmicas, o processo contra Dreyfus serviu de combustível ao antisemitismo na França. Aspecto que não foi ignorado pela *l'Action Française* para promover seu nacionalismo.

30 [“A França é católica e deve, portanto, se livrar dos protestantes, dos maçons e dos judeus; a França é agrícola, ela tem a necessidade de uma política protecionista e de um movimento de retorno à terra; a França é militar portanto, a glória de suas forças armadas são condição de seu orgulho; ela é republicana, não democrata.” (Tradução minha)] VRBATA, Ales Tenório Luna. *op.cit.* p. 25.

31 “Maurras considérait la France comme l'héritière de la civilisation classique gréco-romaine, mais aussi comme le rempart contre les barbares du Nord et de l'Orient. (...) Pour lui la France était la fille aînée de l'Eglise catholique, qui aida la religion chrétienne, d'origine orientale, à assimiler l'esprit classique. Maurras admirait l'Eglise catholique qui, malgré les pressions de la „barbarie judéochrétienne“, avait réussi à reconstruire et défendre ses domaines contre les forces de désordre et, de cette façon, à sauvegarder la civilisation classique.” [“Maurras considerava a França como herdeira da civilização clássica greco-romana, mas também como barreira contra os bárbaros do Norte e do Oriente. (...) Para ele a França era a filha mais velha da Igreja Católica, que auxilia a religião cristã, de origem oriental, a assimilar o espírito clássico. Maurras admirava a Igreja Católica que, apesar das pressões da ‘barbarie judeu-cristã’ tinha sido bem sucedida em reconstruir e defender seus domínios contra as forças da desordem e, desta maneira, em salvaguardar a civilização clássica” (Tradução minha)]. VRBATA, Alés Tenório. *op.cit.* p. 26.

se corporificou na Revolução Francesa.³²

Deste modo, o autor entende estarem interligados os destinos da França e da Igreja católica, diante da necessidade de resistirem às “invasões bárbaras”, promovidas pelos judeus, protestantes e maçons. A barbárie, na compreensão de Maurras, recaí sobre estes personagens, entre outros aspectos, pela corrupção promovida por estes elementos à aristocracia no poder, a partir de uma seleção às avessas, conforme o autor entendia ser a votação democrática³³. Portanto, através da concepção maurrasiana, liberalismo e democracia seriam exógenos à França, e a fixação destes resultou na debilidade interna do país.

Em combate aos elementos de instabilidade indicados, há a solução inicial para conter tais “assédios estrangeiros”: catolicizar a França novamente, pois “*Il n’y a pas de catholicisme réel sans cette aspiration à catholiciser la nation en corps et l’État, expression politique de la nation.*”³⁴ A derrota da França em 1870, para Maurras, foi significativa por representar o desprendimento nacional de sua linhagem católica. Este afrouxamento dos laços tradicionais de nação e religião, segundo o autor, foi resultado da imposição alemã que já se mostrava vitoriosa.

Deste modo, as crenças, o orgulho e as possessões territoriais perdidas naquele conflito, só seriam recuperados pelo pensamento católico. Nas palavras do autor: “*Ce que perdit la France en 1870, le catholicisme, en grande partie, le perdit, même au spirituel, puisque le vainquer imposa as philosophie et as culture au monde. Ce que la France regagnera sera aussi regagné par le pense catholique.*”³⁵

Além de conceber o catolicismo inerente ao nacionalismo francês, Maurras entende o modelo monárquico como componente deste nacionalismo. No projeto político da AF – reformulado por Maurras, portanto, convertido ao monarquismo – há a crítica à República democrática. A divisão do Poder entre os representantes da população, fracionando-o, torna a estabilidade de difícil alcance, diante da multiplicidade de anseios que revestem as esferas decisórias. Em razão disso, Maurras disserta:

*Les dangers du pouvoir sont grands? Bien moindres qui les risques de manquer de pouvoir. Mais le pouvoir a-t-il le plus de chance de manquer quand il est tenu par un ou par mille? Le pouvoir des mille ajoute aux inconvénients, abus excès qui sont naturels a tout autorité une chance très fort de ne pas être suffisant et de refuser aux peuples leur droit à être gouvernes. Le pouvoir d’un seul, moins exposé à ce malheur, comporte une probabilité de salut très superieur.*³⁶

32 Idem, p. 28.

33 MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1925. p. 206-207.

34 [“Não há catolicismo real sem esta aspiração em catolicizar a nação em corpo e Estado, expressão política da nação.” (Tradução minha)]. MAURRAS, Charles. *Les Conditions de la Victoire: La France se sauve elle-même – de Juillet à mi Novembre 1914*. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1926. p. 266.

35 [“O que perdia a França em 1870, o catolicismo, em grande parte, o perdia, mesmo ao espiritual, porque o vencedor impôs sua filosofia e sua cultura ao mundo. O que a França recuperará será também recuperado pelo pensamento católico.” (Tradução minha)]. MAURRAS, Charles. *Le Pape, la Guerre et la Paix*. p. 60.

36 [“Os perigos do poder são grandes? Bem menores que os riscos de faltar poder. Mas o poder tem mais chance de faltar quando ele é tido por um ou por mil? O poder dos mil adiciona inconvenientes, abusos excessivos que são naturais a toda a autoridade que tem chance maior de não ser suficiente e de recusar aos povos seu direito de serem governados. O poder de um só, menos exposto a este infortúnio, comporta uma probabilidade de salvação maior.” (Tradução minha)]. MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie* 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1925. p. LXXVII.

Em resposta a estes perigos representados pela democracia, considerava-se a hereditariedade do poder o melhor critério seletivo para a escolha do governante. Diante de séculos de exercício de governo, segundo o membro da AF, não haveria indivíduo melhor capacitado senão o herdeiro da linhagem dinástica, para assumir os rumos da Nação. Em via oposta, o sufrágio popular, para Maurras, atribui responsabilidades a quem não estava capacitado para supri-las. Nesta perspectiva, haja vista o pouco contato que a população possuía com a política e com as formas de governo, naturalmente, as escolhas de representantes não corresponderiam às necessidades do país.

Charles Maurras elege a monarquia hereditária e a nobreza de sangue como elementos aptos ao trato dos mecanismos de governo. A Monarquia - em oposição ao liberalismo - era essencial para a manutenção da soberania da França, de outro modo, as existências do país e da nação estariam em risco. *“La France a besoin de la Monarchie; si pour une raison l'autre, elle ne pouvait pas a ce besoin, ce sera (par inanition ou par quelque autre suite faiblesse physique) la fin de France.”*³⁷.

Visando a estabilidade interna, repudiava-se a competitividade e a divisão da nação entre partidos. Outro aspecto negativo encontrado na escolha dos governantes através do suporte no sufrágio popular estaria no risco de intervenção estrangeira, a partir do financiamento das campanhas. Conforme defendia Charles Maurras:

*En effet la compétition peut prendre des formes particulièrement dangereuse pour l'État et pour la nation. Pour l'État, si la compétition est libre, si le premier rang est donné à l'élection, le suffrage s'achète, qu'il exerce dans l'assemblée du peuple ou dans une diète de princes. Ainsi l'or peut conquérir ou tenir l'État. Mais l'or peut en outre, et par le meme jeu, denationaliser le pouvoir, le remettre à des intérêts extérieurs ou même ennemis.*³⁸

Diante do perigo de ter violada a soberania por influências estrangeiras - risco aberto pelas eleições - ficaria igualmente descartado o modelo de monarquia constitucional ou parlamentar. Ainda que se considerasse a existência da figura do rei, o parlamentarismo incitaria à competição entre os partidos e, em casos extremos, provocaria a guerra civil. Como forma de defender o argumento que *“Des conquêtes et des progrès de la démocratie datent les conquêtes et les progrès de l'Étranger sur notre territoire.”*³⁹, Maurras recorre à Revolução Francesa.

Para sustentar sua defesa, o autor disserta que após a queda da monarquia o país fora invadido três vezes e ameaçado outras quatro. Deste modo, conclui que a democracia parlamentar ou plebiscitária é imprudente, por prestigiar os debates políticos em lugar de dar prioridade à iniciativa belicosa. É necessário retomar que Maurras escreve em 1915, durante I

37 [“A França tem necessidade da Monarquia, si por uma razão outra, ela não possa ter esta necessidade, será (por inanition ou por alguma razão outra de consequente fraqueza física) o fim da França.” (Tradução minha)]. MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1925. p. 193.

38 [“Com efeito, a competição pode tomar formas particularmente perigosas para o Estado e para a nação. Para o Estado, se a competição é livre, se o primeiro lugar é dado à eleição, o sufrágio se compra, quem o exerce nas assembléias do povo ou em uma dieta de príncipes. Assim, o ouro pode conquistar ou possuir o Estado. Mas o ouro pode em outro, e por esse mesmo jogo, desnacionalizar o poder e remetê-lo aos interesses estrangeiros ou mesmo inimigos.” (Tradução minha)]. Idem, p. LXXXVIII.

39 [“As conquistas e os progressos da democracia datam as conquistas e os progressos do Estrangeiro sobre nosso território” (Tradução minha)]. MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. p. XI.

Guerra Mundial. Deste modo, é feita, igualmente, a crítica à política de desarmamento adotada pelo parlamento francês, às vésperas de 1914.

Coerente às suas contingências temporais, ao colocar a Revolução Francesa como foco de suas críticas, Maurras visa atingir o parlamento liberal contemporâneo. Desta forma, o projeto político antidemocrático, inscrito na *AF*, incorpora feições a-históricas. Haja vista os males que afetavam a França em séculos anteriores ainda persistirem, incidindo sobre a unidade política do país, o projeto da *l'Action Française* se afirmava enquanto proposta legítima. Portanto a análise maurrasiana acerca do liberalismo é embebida de diacronismo ao estabelecer continuidade dos males compreendidos entre a Revolução Francesa e a I Guerra Mundial.

Maurras investe contra a democracia. Afirmo o potencial do liberalismo em criar lutas internas e ignorar os conflitos externos. Diante da política parlamentar francesa, vista como pacifista, a República é classificada como protetorado de Londres ou Berlim, em vista da “dominação estrangeira ou parcialmente estrangeira em seu interior”⁴⁰.

No intuito de reverter o quadro de debilidade e corrupção criado pela República e pela liberal-democracia francesa, conforme compreendido pelo líder da *AF*, se emprega o projeto monárquico orgânico. Nestas propostas, inscritas no arcabouço teórico do movimento, se substituiria os conflitos gerados pela disputa do poder – provocados pela pluralidade de partidários envolvidos no jogo político. Em seu lugar, predominaria a autoridade calcada na tradição, portanto, na hereditariedade do chefe nacional.

A partir deste modelo, as querelas e negociações políticas conduzidas pelos anseios individuais seriam solapadas pela figura do monarca, sendo este o representante maior dos desejos da Nação. Expondo tal proposta, Maurras explica:

*Au contraire, substituons au conflit de dix, cent ou mille familles-chefs le règne d'une seule désignée non pour elle-même, mais pour les rapports qu'elle soutient avec la nation. Adoptons la famille-chef qui incarne le travail politique, le effort nationale, la fonction unificatrice et conservatrice d'où est sortie tout la nation.*⁴¹

Através do corporativismo, é criada alternativa ao liberalismo, haja vista a representação política por *Famílias*, e não mais centrada no indivíduo como base da estruturação social. Sob organização hierárquica, o rei ocuparia o topo da pirâmide societária. Tal como os integralistas farão - a partir da re-organização social promovida sob interpretação das formas de representação política, considerando a célula essencial da sociedade o grupo familiar, e não mais no indivíduo – combatiam-se os pilares do liberalismo.

Portanto, o modelo de monarquia parlamentar ou constitucional será tão condenado pela *AF*, e posteriormente pelo *IL*, quanto a República liberal. A incompatibilidade entre os projetos de Monarquia orgânica e as propostas liberal-democráticas é exposta visando delimitar suas respectivas fronteiras. O antagonismo visto nos dois projetos, nas palavras

40 MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1925. p. 25.

41 [“Ao contrário, substituamos pelo conflito das dez, cem ou mil famílias-chefes o reino de uma sódesignada não por ela mesma, mas pelos certificados que a sustentam para com a nação. Adotemos a família chefe que encarna o trabalho político, o esforço nacional, a função unificadora e conservadora de onde deriva toda a nação.” (Tradução minha)] MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1925. p. CXXIV.

de Maurras, se devia: I) ao prestígio dado pela democracia à “lei do número”, incapaz de coordenar a organização proposta pelo sistema monárquico-corporativo de governo, por ignorar a *qualidade* dos votantes e, por consequência, dos votados; II) dada a preponderância à “lei do número”, as opiniões encontram-se fragmentadas, em vista da diversidade de posições sobre o mesmo assunto – desaparecendo a unidade política; III) por fim, à incapacidade da República em fazer do Estado um corpo politicamente centralizado, em função da eleição (por voto individual) como fórmula de seleção dos representantes políticos.⁴²

Através da observação destes aspectos, Maurras atribui a incompatibilidade entre o modelo liberal e as propostas de centralização política, porém, descentralização administrativa praticada nas instâncias doméstica, local, profissional inscritas na Monarquia Orgânica.

Deste modo, o liberalismo é visto como fragmentador da unidade política nacional, corroendo as bases tradicionais da França. Os partidos políticos fariam da França um “balcão de negócios” diante das disputas pessoais que estariam imersos os debates parlamentares. A dinastia monárquica seria, portanto, a única forma de evitar este cenário, em função de seu aspecto hereditário, tornando Nação e Rei partes de um só corpo. Por estarem em contato com os assuntos internos por gerações, os representantes dinásticos concentrariam em si os anseios do país.

A liberal-democracia, por outro lado, colocaria no poder elementos políticos selecionados pelo voto individual e popular. Deste modo, eram consideráveis as chances de ascenderem representantes inaptos às funções imputadas pelo cargo a ser ocupado, segundo Maurras, em função das formas de escolha. Nesta perspectiva, calcadas nas camadas populares abrangidas pelo sufrágio a democracia causava inquietação por ser suscetíveis aos assédios financeiros, em virtude das suas bases de sustentação – o voto popular – serem despreparadas e de baixa inclinação aos assuntos políticos.

Visando reparar a “natureza corrompida” do regime constitucional Maurras apresenta o poder pessoal centrado na figura do rei. Todavia, Maurras desconsidera o Poder sob forma absoluta de centralização política. Em sua proposta política, o governo se organizaria a partir da máxima “*Monarchisons l’État, républicanisons tout le reste*”⁴³. Portanto, o Estado vislumbrado pela AF cumpriria o formato municipalista ou regionalista, sob a forma de corporativismo:

Mais le tache de la monarchie sera de refaire ces vertèbres du gouvernement local et de l'autonomie syndicale; par simple horreur du parlementarisme et par intelligence des besoins

42 “*La politique realiste de decentralisation (domestique, locale et professionnelle) n'est pas seulement 'inappliquée' en république démocratique: elle y est encore inaplicable, et pour trois raisons. a) La démocratie, loi du nombre, exclut la qualité, condition d'organisation. b) Si par miracle la decentralisation si faisait, la France, tiraillée entre les grandes compagnies divergentes, disparaîtrait en tant qu'unité politique, faut d'un organe vivant et puissant de l'intérêt général. c) La République démocratique française ne peut passer de l'état centralisé à l'état decentralisé, faute un pouvoir qui consente à effectuer cette operation: aucun pouvoir n'y peut consentir en effet, car emané de l'élection, il a besoin de tous les moyen de la centralisation pour se conserver, autrement dit pour se faire réaliser.*» [«A política realista de descentralização (doméstica, local e profissional) não é somente 'inaplicável' na República democrática: ela é ainda inaplicável, e por três razões. a) A democracia, lei do número, exclui a qualidade, condição da organização. b) Si por milagre a descentralização se fizesse, a França, atirada às grandes companhias/partidos divergentes, desapareceria em relação a sua unidade política, carente de um órgão vivo e possuidor do interesse geral. c) A República democrática francesa não pode passar de Estado centralizado à descentralizado, falta um poder que consinta em ser o realizador desta operação: nenhum poder pode assumir esta responsabilidade, pois originado da eleição, são necessários todos os meios de centralização para se conservar, dizendo de outra forma, para se fazer realizar.» (Tradução minha)]. *Idem*, p. 230.

43 [“*Monarquizemos o Estado, republicanizemos todo o resto*” (Tradução minha – Grifo do original)] MAURRAS, Charles. *Devant l'Ennemi: Les Conditions de la Victoire – Ministère et Parlement – de Septembre a fin Décembre 1915*. Nouvelle Librairie Nationale, 1916. p. 198.

*modernes, la royauté française se développera sur le mode régionaliste. Elle développera sur certain aspect, une dictature, et sous autre, une multitude de petit républiques fédérées et d'ailleurs se compénétrant sous la protection du chef militaire héréditaire (...)*⁴⁴.

Estabelecido sobre as balizas do corporativismo, o Estado vislumbrado pela AF se desenvolveria sob formato autoritário, através da “proteção do chefe militar”. Todavia, não se pode ignorar o regionalismo que reveste sua teoria política. Esta característica aponta para a descentralização administrativa apreciada pelo movimento. Diante desta descentralização, a organização representativa se desenvolveria a partir dos sindicatos inscritos nas “pequenas repúblicas federadas”.

Porém, não deve ser confundido este modelo de república com o vislumbrado pela liberal democracia francesa. O projeto apresentado por Maurras entra em consonância com a explicação dada por António Sardinha a respeito deste arranjo. Ambos os autores referem-se ao termo remetendo-o às estruturas medievais de relações políticas e sociais. Nas palavras de Sardinha: “O *facto-república* afirmou-se principalmente na Idade Média com as liberdades municipais e corporativas, fundamentadas no direito legítimo do homem a viver e com razão moral no profundo ideal cristão daquela época.”⁴⁵

Possuindo suporte no aparato sindical, calcado no trabalho e na Família, o Estado maurrasiano fornecerá contornos relevantes ao modo de vida e à propriedade agrária. Diante do crescimento da urbanização, visto nos primeiros anos do século XX, a retração das unidades agrárias e a modificação das práticas dos camponeses eram interpretadas pelas propostas da AF como perda dos tecidos tradicionais da França. Os responsáveis por estes danos à identidade nacional seriam encontrados nos judeus.

O povo judeu, através do comércio das propriedades agrárias dissolveria os laços de identidade entre as famílias e a terra. Oferecendo alternativa a este perigo cosmopolita, haveria a proteção real os sindicatos agrícolas. Deste modo, “*Les syndicats agricoles, les caisses de credit agricoles trouvant près du Roi de France une protection énergique. Mais les Juifs que se livrent à un scandaleux trafic des propriétés seront arrêtés dans des familles bien erraninés au sol.*”⁴⁶

Observa-se o problema fundiário diretamente atrelado ao nacionalismo nas propostas da AF. Portanto, o abandono da propriedade rural resultaria em afronta aos laços tradicionais que ligam os grupos sociais à Nação. O corporativismo, encarado na Monarquia orgânica forneceria o antídoto a destes males.

44 “[Mas o esforço da monarquia será de refazer estas vértebras do governo local e da autonomia sindical; por simples horror do parlamentarismo e por saber das necessidades modernas, a realeza francesa se desenvolverá sobre o modo regionalista. Ela se desenvolverá sobre certo aspecto, como uma ditadura, e sob outro, uma variedade de pequenas repúblicas federadas e, além disso, se encontraram sob a proteção do chefe militar hereditário (...).” (Tradução minha)]. MAURRAS, Charles. *Quand les Français ne s'aiment pas*: chronique d'uno renaissance – 1895-1905. 2 ed. Nouvelle Librairie Nationale, 1916. p. 224.

45 SARDINHA, António. *Ao Princípio era o Verbo*. 2 ed.. Vila Nova de Famalicão: Grandes Oficinas Gráficas “Minerva” de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1940. p. 126-127.

46 “[Os sindicatos agrícolas, as caixas de crédito agrícolas encontraram próximo ao Rei da França uma proteção enérgica. Mas os judeus que se entregam ao escandaloso tráfico das propriedades serão detidos pelas famílias enraizadas ao solo.” (Tradução minha)] MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1925. p. 55.

Considerações Finais

Ainda que seja indubitável a forte influência da AF, ênfase à presença maurrasiana, no interior do IL, os teóricos do movimento português se esforçaram para tentar se desvencilhar do estigma de cópia. Uma das estratégias elaborados pelos teóricos do integralismo foi remeter aos autores portugueses dos séculos passados conteúdos dos quais o movimento era criticado de plagiar a AF.

Contudo, a influência maurrasiana se fez sentir, e foi acusada pelos próprios integrantes. Manuel Braga da Cruz faz esta constatação: “O que os integralistas recolheram do marxianismo foi, no dizer do próprio Sardinha, ‘um método – uma sistematização – não um corpo integral de doutrinas.’”⁴⁷. Houve mesmo o contato de alguns participante do Integralismo Lusitano – acusado pelo próprio Hipólito Raposo³¹³ - com a AF, fazendo das tentativas de seus integrantes em negarem proximidade e semelhança teórica, um esforço gratuito.

São divisores comuns entre AF e IL a rejeição do liberalismo; assim como o desenho das utopias – ambas calcadas no passado medieval idealizado por seus integrantes; a proposta de organização política fixada no municipalismo e no Monarquismo orgânico; entre outras semelhanças. Portanto, comprovadas tais consonâncias teóricas sem muitas dificuldades, considera-se tarefa igualmente frívola insistir nestas comparações. O objetivo deste artigo foi visualizar quais eram os contextos internos de cada país, para buscar compreender as alternativas coincidentes entre AF e IL, ao proporem projetos políticos visando sanar as crises internas que assolavam França e Portugal.

Uma resposta parcial pode ser encontrada na ascensão dos regimes liberais ao longo do continente europeu, derrubando monarquias nacionais, ou impondo-lhes a abertura à participação política de novos atores sociais. Este movimento provocou descontentamento dos setores aristocráticos, até então acomodados naquele sistema de governo. Desta maneira, tais elites foram forçadas a uma contra-ofensiva. Sternhell observa estes choques da seguinte forma: “A crise do liberalismo, crise de adaptação à sociedade de massas e à política de massas, é realmente um fenómeno geral na Europa.”⁴⁸

Neste artigo, portanto, acredita-se ser razoável a tese de que embora *l'Action Française* fosse o primeiro grande movimento a canalizar as insatisfações políticas e sociais conservadoras e aristocráticas, convertendo-as em uma teoria, estes ingredientes estavam presentes em toda a Europa de maneira mais ou menos generalizada. Desta forma, a AF foi a pioneira em forjar uma cultura política reacionária ao contexto liberal, codificando e unindo mitos, símbolos, rituais entre outras referências que fizessem sentido e mobilizassem indivíduos provenientes de estratos sociais privilegiados.

Mas atribuir à *l'Action Française* o monopólio destas ferramentas que levaram-na a constituir-se como grupo ideológico organizado não é uma das vias mais acertadas. Por compreender as *culturas políticas* como formadas, entre outros vetores, pela experiência ou *práxis coletiva* dos grupos sociais, foi objetivo deste artigo demonstrar as similaridades entre os dois contextos políticos de França e Portugal, que levaram à AF e ao IL produzirem alternativas semelhantes, mas não iguais, para saírem da crise de identidade nacional que assolava seus respectivos países. Isto não implica na rejeição das apropriações. Elas foram feitas pelo

47 CRUZ, Manuel Braga da. *O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo*. (p. 137-182). in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3^o-4^o-5^o. p. 150.

48 STERNHELL, Zeev. “Introdução: A Modernidade e seus inimigos – da revolta contra a filosofia das Luzes à rejeição da democracia” (p. 9-40). in. STERNHELL, Zeev (org.). *O Eterno Retorno: contra a democracia – a ideologia da decadência*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999. p. 18.

IL à AF e são indubitáveis, sendo tolice dizer o contrário. Todavia, não foram realizadas de maneira aleatória ou gratuita, como cópias. Foram sim requisitadas para atender às demandas existentes, tanto em Portugal quanto na França.